



Matosinhos
Câmara Municipal



Consolidação de Contas 2011

Índice

- 1 Relatório de Gestão Consolidado
- 2 Balanço Consolidado
- 3 Demonstração de Resultados Consolidada
- 4 Fluxos de Caixa Consolidados
- 5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6 Certificação Legal das Contas



Matosinhos
Câmara Municipal

Relatório de Gestão Consolidado

1

Consolidação
de
Contas
2011

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, EM, que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades e eventos de animação desportiva.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local. De facto, o n.º 1 daquele artigo estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.”

No entanto, apesar de no n.º2 do artigo 46.º remeter para o POCAL relativamente aos procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, o certo é que, até ao momento, este diploma não abrange esta temática.

Foi entretanto publicada, em 15 de Junho de 2010, a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios.

No entanto, apenas no início de Maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

De acordo com as disposições transitórias para o exercício 2010 constantes no conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, o exercício de 2010 foi considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, sendo que, no ano em curso, é já possível ter uma base de comparação relativamente à informação financeira consolidada.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades dos sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Neste sentido, o Grupo Público Municipal engloba o município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EEM e Matosinhos Sport - MS, EEM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport - MS, hoje denominada EEM – Entidade Empresarial Municipal, apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit – MH, EEM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4284 fogos distribuídos por todas as Freguesias do Concelho.

Ad contrarium e uma vez que o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007 apenas se refere às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entende-se que o espírito da lei seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 100%. Neste sentido, não foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes entidades:

1. LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, SAD
2. METRO DO PORTO, S A.
3. PRIMUS - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, S.A.
4. EDP GÁS - DISTRIBUIÇÕES, S. A.
5. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo durante o ano de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

Face aos efeitos da crise na situação das contas públicas, e mantendo-se embora um conjunto de políticas para a promoção do crescimento económico e do emprego, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) veio definir uma estratégia de consolidação orçamental, com o objetivo de reduzir o défice público para 2,8% do PIB até 2013 e de controlar o crescimento da dívida pública.

Os anos de 2010 e 2011 ficaram assim marcados por uma conjuntura económica negativa, caracterizada também pelo início da inversão de um ciclo de baixa generalizada de taxas de juro. Do ponto de vista de contexto, relevam também as medidas de consolidação das finanças pública com a adoção de novas medidas restritivas traduzidas, desde logo, numa redução significativa nas transferências para as autarquias locais, afetando também o município de Matosinhos.

Apesar deste contexto desfavorável, os resultados apresentados são globalmente positivos, evidenciando que o município do Matosinhos procurou manter o equilíbrio financeiro, nomeadamente através do recurso a fundos comunitários, conseguindo, dessa forma, garantir o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2011, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2011	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	647.959.745,52	92,3
<i>Bens de Domínio Público</i>	109.810.646,83	15,6
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	739.055,22	0,1
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	536.090.890,48	76,4
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.319.152,99	0,2
CIRCULANTE	54.002.568,20	7,7
<i>Existências</i>	394.127,36	0,1
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	70.799,74	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	42.719.415,42	6,1
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	7.295.097,51	1,0
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	3.523.128,17	0,5
TOTAL DO ATIVO	701.962.313,72	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	472.546.516,34	67,3
<i>Património</i>	429.128.477,09	61,1
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	15.779.454,13	2,2
<i>Resultados Transitados</i>	36.322.303,58	5,2
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-8.683.718,46	-1,2
PASSIVO	229.415.797,38	32,7
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	0,00	0,0
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	46.581.541,17	6,6
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	35.838.362,88	5,1
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	146.995.893,33	20,9
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	701.962.313,72	100,0

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 92,3%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do município de Matosinhos. Em termos de grupo, o município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,3% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 7,7%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente menor (94,7%) No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2012 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a

Curto Prazo e que representa 4,99 milhões de euros, poderemos afirmar que a leitura da dívida em termos de exigibilidade se encontra enviesada, ganhando mais expressão a de médio/longo prazo. De facto, a utilização mais intensa dos empréstimos de longo prazo previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2010, por um lado, a celebração de Acordos de Regularização de Dívida com alguns fornecedores que permitiu dilatar no tempo algumas dívidas que eram exigíveis a curto prazo, por outro, bem como o esforço bem sucedido de redução da dívida de curto prazo mediante o pagamento, foram determinantes para este resultado.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 472.546.516,34 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 91% neste agregado. Também, dentro deste agregado, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, à semelhança aliás do que já se havia constatado nas contas consolidadas do ano 2010 e nas contas do município de Matosinhos.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo municipal, podemos desde logo constatar que são os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Embora o peso dos custos com pessoal tenha superado o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos, a diferença entre ambos é de apenas de 2,3 p.p..

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por mais de metade dos proveitos do Grupo Municipal.

De mencionar apenas o decréscimo verificado quer nos custos quer nos proveitos do grupo municipal, face ao ano transato, explicados sobretudo, por um lado, pela anulação da liquidação efetuada, no ano 2010, no processo da CEPSA Portuguesa Petróleos, SA e que havia inflacionado quer os custos quer os proveitos extraordinários, e, por outro lado, pela redução acentuada quer dos fornecimentos e serviços externos em cerca de 3,4 milhões de euros e dos custos com pessoal em cerca de 1,9 milhões de euros, acompanhando, dessa forma, a quebra verificada nos impostos e taxas de cerca de 2,6 milhões de euros, como já havia sido referenciado nas contas do município de Matosinhos. Há ainda que realçar a melhoria dos Resultados Operacionais em cerca de 1 milhão de euros que foi parcialmente absorvida pelo aumento dos custos financeiros decorrente do impacto do aumento das taxas de juro.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2011	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	893.835,69	0,8
Fornecimentos e Serviços Externos	31.586.890,41	29,7
Custos com o Pessoal	34.019.595,21	32,0
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	6.577.333,42	6,2
Amortizações do Exercício	27.839.139,30	26,2
Provisões do Exercício	30.549,79	0,0
Outros Custos Operacionais	406.862,15	0,4
(A) Custos e Perdas Operacionais	101.354.205,97	95,3
Custos e Perdas Financeiros	1.723.533,69	1,6
(C) Custos e Perdas Correntes	103.077.739,66	97,0
Custos e Perdas Extraordinários	3.237.074,14	3,0
Total dos Custos e Perdas	106.314.813,80	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	8.903.203,27	9,1
Impostos e Taxas	50.884.799,06	52,1
Variação da Produção	-2.476,35	
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	18.382,34	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.526.364,91	27,2
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.010.850,00	2,1
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	88.341.123,23	90,5
Proveitos e Ganhos Financeiros	749.705,50	0,8
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	89.090.828,73	91,3
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.540.266,61	8,7
Total dos Proveitos e Ganhos	97.631.095,34	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-13.013.082,74	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-973.828,19	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-13.986.910,93	
Resultados Extraordinários:	5.303.192,47	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-8.683.718,46	

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, com exceção dos resultados extraordinários, todos os outros resultados relevam uma proeminência dos custos face aos proveitos.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 120 milhões de euros, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2008	2009	2010	2011
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68	42.047.221,74
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	1.953.728,98	1.454.139,60	2.992.748,38	9.456.255,80
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32	4.669.076,95
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	150,94	74.778,75	0,00
Dívida no final do período (1+2+3+4)	47.538.789,53	44.729.072,67	42.047.221,74	46.834.400,59
Taxa de Crescimento da Dívida	-4,2%	-5,9%	-6,0%	11,4%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente até 2010, uma vez que a dívida passou, de 49.606.021,40 euros, em 2007, para 42.047.221,74 euros em 2010. Esta tendência inverteu-se em 2011, fruto da utilização quer dos empréstimos relacionados com o PROHABITA, quer sobretudo pela utilização do empréstimo contratado em 2009 para financiamento de diversos empreendimentos, a maior parte dos quais cofinanciados por fundos comunitários.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 15,8% do ativo total do município de Matosinhos e cerca de 15,6% do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2011
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	92,3%
Ativo Circulante / Ativo Total	7,7%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1199,9%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	20,3%
Passivo curto prazo / Passivo Total	15,6%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	130,0%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1391,0%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	26,1%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	7,6%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	9,9%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	20,4%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	150,7%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	11,7%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo, apesar de ter aumentado face ao ano transato. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante é enorme (1.199,2%).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, um peso inferior ao do passivo de médio e longo prazo, ao contrário do que se havia verificado no ano transato, mesmo com a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2012 (amortizações de capital) se encontrar relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo. Se assim não fosse, o passivo de longo prazo seria superior ao de curto prazo em 20,7 milhões de euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 2,3 p.p..

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do Grupo Municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo

prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 14 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 15,5% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2011, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 26,1%, ligeiramente superior ao verificado em 2010 (24,6%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2011, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram 5 vezes inferiores ao passivo de curto prazo.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 11,7%. Assistiu-se a uma melhoria, inclusivamente, face ao ano 2010, em que este índice apresentava um valor de 12,7%.

Finalmente haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do Grupo Municipal, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo Poderão ser vistos sob três óticas:

Solvabilidade I Fundo Patrimonial / Passivo	206,0%
Solvabilidade II Ativo Líquido / Passivo	306,0%
Solvabilidade Adaptado Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	258,1%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2010 aparece refletido no Quadro n.º 5, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 127.831.037,09 euros – 120.025.865,16 euros provenientes de receitas orçamentais e 7.805.171,93 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (123.068.614,87 euros), superior em 3.042.749,71 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 6.253.685,85 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 3.210.936,14 euros. A este saldo acresce 4.084.161,37 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	9.904.908,87	Despesas Orçamentais	123.068.614,87
Execução Orçamental	6.253.685,85	Correntes	78.677.917,39
Operações de Tesouraria	3.651.223,02	Capital	44.390.697,48
Receitas Orçamentais	120.025.865,16	Operações de Tesouraria	7.372.233,58
Correntes	87.586.077,73	Saldo para a Gerência Seguinte	7.295.097,51
Capital	32.378.280,30	Execução Orçamental	3.210.936,14
Outras	61.507,13	Operações de Tesouraria	4.084.161,37
Operações de Tesouraria	7.805.171,93		
Total	137.735.945,96	Total	137.735.945,96

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2011, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 7.805.171,93 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 7.372.233,58 euros.

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Balanço Consolidado

2

Consolidação
de
Contas
2011

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2011

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	2011			2010
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	4.130.490,63	0,00	4.130.490,63	3.558.674,53
452	Edifícios	2.896.153,77	107.449,14	2.788.704,63	2.780.760,52
453	Outras construções e infra-estruturas	225.482.548,31	141.507.198,50	83.975.349,81	95.720.805,32
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2.158.019,72	101.286,73	2.056.732,99	2.082.087,89
459	Outros bens de domínio público	1.433.386,65	305.845,61	1.127.541,04	1.161.034,05
445	Imobilizações em curso	15.731.827,73	0,00	15.731.827,73	15.058.761,01
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		251.832.426,81	142.021.779,98	109.810.646,83	120.362.123,32
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	17.657,45	17.657,45	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.441.096,61	1.176.648,98	264.447,63	526.120,07
433	Propriedade industrial e outros direitos	148.159,45	23.816,57	124.342,88	62.964,72
443	Imobilizações em curso	350.264,71	0,00	350.264,71	309.985,72
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.957.178,22	1.218.123,00	739.055,22	899.070,51
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	129.179.807,85	0,00	129.179.807,85	123.288.308,56
422	Edifícios e outras construções	385.502.826,73	60.237.207,61	325.265.619,12	314.106.143,83
423	Equipamento básico	12.003.690,02	9.314.783,34	2.688.906,68	2.789.600,04
424	Equipamento de transporte	4.548.730,39	4.202.911,94	345.818,45	470.066,84
425	Ferramentas e utensílios	1.554.803,46	1.542.551,31	12.252,15	15.239,08
426	Equipamento administrativo	7.269.941,33	6.742.385,58	527.555,75	704.792,62
427	Taras e vasilhame	569,24	533,60	35,64	53,45
429	Outras imobilizações corpóreas	9.901.209,11	4.058.398,35	5.842.810,76	3.807.063,36
442	Imobilizações em curso	72.157.710,44	0,00	72.157.710,44	53.044.989,38
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	70.373,64	0,00	70.373,64	70.373,64
		622.189.662,21	86.098.771,73	536.090.890,48	498.296.630,80
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.919.152,99	600.000,00	1.319.152,99	1.391.027,99
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.919.152,99	600.000,00	1.319.152,99	1.391.027,99
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	381.827,11	0,00	381.827,11	361.745,12
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	12.300,25	0,00	12.300,25	128,70
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		394.127,36	0,00	394.127,36	361.873,82
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	70.799,74	0,00	70.799,74	31.564,58
		70.799,74	0,00	70.799,74	31.564,58
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	778.736,67	0,00	778.736,67	626.491,06
212	Contribuintes c/c	831.942,91	500.668,79	331.274,12	327.081,44
213	Utentes c/c	127.923,39	0,00	127.923,39	81.450,85
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	19.381.593,37	18.812.962,24	568.631,13	178.379,92
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	304.832,91	0,00	304.832,91	834.839,31
24	Estado e outros entes públicos	354.439,61	0,00	354.439,61	110.322,74
264	Administração autárquica	1.378.750,71	0,00	488.381,90	488.381,90
262+263+267+268	Outros devedores	40.546.205,64	0,00	39.765.195,69	6.469.847,01
		63.704.425,21	19.313.631,03	42.719.415,42	9.116.794,23
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	7.269.246,35	0,00	7.269.246,35	8.795.731,30
11	Caixa	25.851,16	0,00	25.851,16	1.109.177,57
		7.295.097,51	0,00	7.295.097,51	9.904.908,87
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	3.803.494,16	0,00	3.296.317,48	5.395.232,50
272	Custos diferidos	226.810,69	0,00	226.810,69	523.231,69
		4.030.304,85	0,00	3.523.128,17	5.918.464,19
	Total de amortizações		229.338.674,71		
	Total de provisões.....		19.913.631,03		
	Total do activo	953.393.174,90	249.252.305,74	701.962.313,72	646.282.458,31

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2011

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	2010
	Fundos próprios:		
51	Património	429.128.477,09	409.816.918,13
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2.352.232,01	2.352.232,01
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	6.844.413,72	4.794.712,94
576	Doações	6.582.808,40	6.582.808,40
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	36.322.303,58	44.592.270,11
88	Resultado líquido em exercício	-8.683.718,46	-8.487.783,89
		472.546.516,34	459.651.157,70
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	43.318.932,90	37.372.521,87
2212+2214	Fornecedores c/c	2.735.863,46	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	526.744,81	270.385,43
		46.581.541,17	37.642.907,30
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.985.633,93	4.674.699,87
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	413.002,53
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	10.802.630,08	15.805.623,75
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	2.724,60	2.724,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.327.701,93	3.127.660,01
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	10.347.301,57	12.683.041,77
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	1.986.387,63	1.697.567,19
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	801.125,31	907.814,72
24	Estado e outros entes públicos	472.164,46	588.472,63
264	Administração autárquica	1.240.424,24	1.288.197,31
262+263+265+267+268	Outros credores	1.803.936,56	1.993.540,11
217	Cientes e Utentes com Cauções	1.068.332,57	1.085.910,61
		35.838.362,88	44.268.255,10
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	5.115.484,23	6.450.852,02
274	Proveitos diferidos	141.880.409,10	98.269.286,19
		146.995.893,33	104.720.138,21
	Total do passivo	229.415.797,38	186.631.300,61
	Total dos fundos próprios e do passivo	701.962.313,72	646.282.458,31

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____



Matosinhos
Câmara Municipal

Demonstração de Resultados Consolidada

3

Consolidação
de
Contas
2011

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2011

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2011	2010
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	14.266,69	2.012,12
	Matérias	879.569,00	980.112,70
62	Fornecimentos e serviços externos:	31.586.890,41	34.967.354,01
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	27.631.968,51	28.896.347,93
643 a 648	Encargos sociais	6.387.626,70	6.974.820,44
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	6.577.333,42	7.092.235,56
66	Amortizações do exercício	27.839.139,30	26.593.434,53
67	Provisões do exercício	30.549,79	41.525,01
65	Outros custos operacionais	406.862,15	299.009,64
		0,00	
	(A)	101.354.205,97	105.846.851,94
68	Custos e perdas financeiros	1.723.533,69	869.233,88
		0,00	
	(C)	103.077.739,66	106.716.085,82
69	Custos e perdas extraordinários	3.237.074,14	19.207.166,75
	(E)	106.314.813,80	125.923.252,57
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	106.314.813,80	125.923.252,57
88	Resultado líquido do exercício	-8.683.718,46	-8.487.783,89
	(X)	97.631.095,34	117.435.468,68
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	2.322,89	6.254,08
7112+7113	Venda de produtos	93.502,41	82.751,58
712	Prestações de serviços	8.807.377,97	8.756.869,20
72	Impostos e taxas	50.884.799,06	53.506.436,17
(a)	Varição da produção	-2.476,35	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	18.382,34	18.024,33
74	Transferências e subsídios obtidos	26.526.364,91	26.891.955,95
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.010.850,00	2.530.000,00
		0,00	
	(B)	88.341.123,23	91.792.291,31
78	Proveitos e ganhos financeiros	749.705,50	495.550,69
	(D)	89.090.828,73	92.287.842,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.540.266,61	25.147.626,68
	(F)	97.631.095,34	117.435.468,68
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-13.013.082,74	-14.054.560,63
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-973.828,19	-373.683,19
	Resultados Correntes: (D - C)	-13.986.910,93	-14.428.243,82
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	-8.683.718,46	-8.487.783,89

Fluxos de Caixa Consolidados

4

Consolidação
de
Contas
2011

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2011

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		9.904.908,87	Despesas Orçamentais		123.068.614,87
Execução Orçamental	6.253.685,85		Correntes	78.677.917,39	
Operações de Tesouraria ..	3.651.223,02		Capital	44.390.697,48	
Receitas Orçamentais		120.025.865,16	Operações de Tesouraria		7.372.233,58
Correntes	87.586.077,73		Saldo para a Gerência Seguinte		7.295.097,51
Capital	32.378.280,30		Execução Orçamental	3.210.936,14	
Outras	61.507,13		Operações de Tesouraria	4.084.161,37	
Operações de Tesouraria		7.805.171,93			
Total		137.735.945,96	Total		137.735.945,96

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

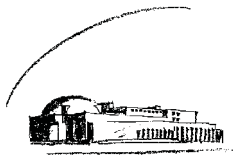
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
Período findo em 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	NOTAS	ANO N	ANO N-1
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes		11.318.281,15	10.168.333,20
Pagamento a Fornecedores		36.925.894,13	28.791.407,02
Pagamentos ao Pessoal		33.908.204,42	35.322.242,68
Caixa gerada pelas operações		-59.515.817,40	-53.945.316,50
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-18.289,35	-8.584,22
Outros recebimentos / pagamentos		68.883.388,63	70.041.168,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		9.349.281,88	16.087.267,55
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Domínio Público		34.487.646,80	23.060.765,91
Imobilizações incorpóreas		194.723,20	934,80
Investimentos Financeiros		23.125,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Domínio Público		221.420,00	51.581,63
Imobilizações incorpóreas		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento		19.005.596,41	10.869.953,74
Juros e Rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades investimento (2)		-15.478.478,59	-12.140.165,34
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento Obtidos		11.054.308,72	7.792.748,38
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		179.773,60	14.769,22
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		7.031.189,57	11.138.411,20
Juros e gastos similares		624.100,01	384.749,36
Dividendos		0,00	0,00
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		59.407,39	58.000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3.519.385,35	-3.773.642,96
Varição de caixa e seus equivalentes		-2.609.811,36	173.459,25
(4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.904.908,87	9.731.449,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.295.097,51	9.904.908,87

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

5

Consolidação
de
Contas
2011



INTRODUÇÃO

A Lei das Finanças Locais 2/2007 – no n.º1 do art.º46, impõe a obrigatoriedade de consolidar as contas municipais, desde que detenham serviços municipalizados ou a totalidade de entidades do sector empresarial local. Os procedimentos contabilísticos para a consolidação deveriam estar definidos no POCAL, conforme o n.º2 do art.º 46, no entanto ainda não saíram normas nesse âmbito.

A consolidação assenta na aplicabilidade da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

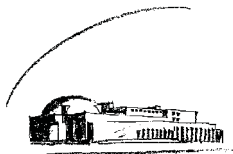
O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2011, reportado a 31 de Dezembro.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º1 do art.º46 da LFL, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º1 do art.º46 da Lei 2/2007 LFL – Lei das Finanças Locais, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

Denominação	Sede Social	Actividade Principal	% Capital detido
Município de Matosinhos	Avenida D. Afonso Henriques 4454-502 Matosinhos	Actividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.	
Matosinhos Sport MS, EEM	Rua Nova do Estádio 244 4460-381 Senhora da Hora	Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.	100%
Matosinhos Habit MH, EEM	Rua Alfredo Cunha 99 1º 4450-023 Matosinhos	Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade.	100%

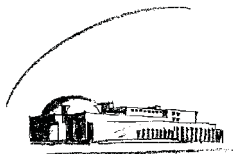
Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2011:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	1	1
Dirigente Superior	8	-	3
Dirigente Intermédio	43	4	1
Técnico Superior	253	21	23
Assistente Técnico	299	32	10
Assistente Operacional	952	102	7
Informática	17	-	-
Polícia Municipal	44	-	-
Outros	166	-	5
TOTAL	1.782	160	50

3. Informações de procedimentos de consolidação:

As entidades incluídas no perímetro de consolidação assentam em sistemas contabilísticos diferentes, sendo que para o processo de consolidação foram convertidos para o POCAL, de forma a garantir a homogeneização da informação.

À semelhança do ano transato aplicou-se o método de consolidação integral, adicionando-se as diversas demonstrações financeiras das entidades consolidadas e eliminando-se as operações realizadas intergrupo, de forma a cumprir o disposto no n.º1 do art.º 46º da LFL e apresentar as demonstrações financeiras do grupo municipal consolidado do Município de Matosinhos como se de uma entidade se tratasse.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	42.177.265,14	1.141.667,76		43.318.932,90
Fornecedores c/c	2.735.863,46			2.735.863,46
Fornecedores de imobilizado c/c	333.503,14		193.241,67	526.744,81
TOTAL	45.246.631,74	1.141.667,76	193.241,67	46.581.541,17

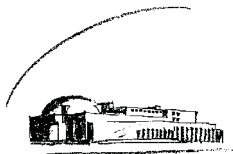
Daqui a quatro anos o grupo municipal apresentará previsionamente as seguintes dívidas a terceiros:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	40.349.580,95	78.615,77	21.917,67	40.450.114,39
TOTAL	40.349.580,95	78.615,77	21.917,67	40.450.114,39

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa, não se tendo verificado no exercício 2011 operações entre as entidades consolidadas.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios (Subsídios à Exploração)		3.433.031,50 €		2.973.431,50 €	459.600,00 €		574.251,45 €			574.251,45 €
Subsídios (Indemnizações Compensatórias)	413.434,25 €			413.434,25 €	- €		36.846,91 €			36.846,91 €
Subsídios (Investimentos e Obras)	115.601,88 €	764.789,76 €		468.442,40 €	411.949,24 €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais	161.525,00 €				161.525,00 €	281.371,76 €	2.025,00 €	1.152,22 €	2.974,09 €	279.270,45 €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
Total	690.561,13 €	4.197.821,26 €	- €	3.855.308,15 €	1.033.074,24 €	281.371,76 €	613.123,36 €	1.152,22 €	2.974,09 €	890.368,81 €



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA)	1.149.807,15 €	1.095.879,01€		2.172.230,22€	73.455,94€					- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA)		25.122,00 €		25.122,00 €	- €					- €
Subsídios (PROJETOS PROHABITA)		186.213,15 €		182.031,15 €	4.182,00 €					- €
Subsídios (FISCALIZAÇÃO)		81.302,36 €		49.173,51 €	32.128,85 €					- €
Subsídios (FOGOS DEVOLUTOS)		353.870,98 €		353.870,98 €	- €					- €
Subsídios (COBERTURAS CH)		154.696,40 €		154.696,40 €	- €					- €
Subsídios (PMAA)		782.123,29 €	44.475,64 €	737.647,65 €	- €	102.554,82€			102.554,82€	- €
Subsídios (CPCJ)		75.000,00 €		75.000,00 €	- €					- €
Subsídios (RECRIA)		254.860,89 €		254.860,89 €	- €					- €
Subsídios (PER)	25.314,00 €				25.314,00 €					- €
Empréstimos										- €
Relações comerciais						1.948,30€	1.295,55€		224,00€	428,75 €
Participações do capital em numerário										- €
Participações do capital em espécie										- €
Outros (Correcção do Lucro Tributável)		342.925,51€		212.412,13€	130.513,38€					- €
Total	1.175.121,15€	3.351.993,59€	44.475,64€	4.217.044,93€	265.594,17€	- €	104.503,12€	1.295,55€	102.772,82€	428,75€

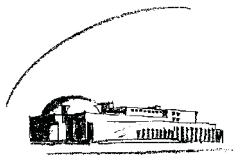
6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado não figuram compromissos assumidos no Município de Matosinhos para exercícios futuros, relacionados com contratos programa com a Matosinhos Habit no âmbito do PROHABITA, PMAA (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento) e Recria/Solar e que se traduzem no seguinte:

Designação rubricas orçamentais		Matosinhos Habit
0401010101	Transferência corrente - Empresa municipal de habitação	467.322,78€
0801010101	Transferência de capital - Empresa municipal de habitação	952.468,96€
080802	Transferência de capital - Famílias - Outras	195.139,11€
Total		1.614.930,85€

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, seguindo os princípios e regras contabilísticas definidos pelo POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, articulando o sistema contabilístico da entidade mãe (consolidante) com as consolidadas, nomeadamente na conversão das diversas correspondências, bem como das demonstrações financeiras.



Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões.

Aquando do balanço inicial aos bens móveis e imóveis, foram atribuídos valores resultantes de avaliação cujo conhecimento do seu custo histórico era inexistente, como previsto no ponto 4.1.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), procedendo-se à reconciliação físico-contabilística.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

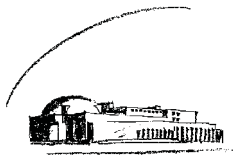
Investimentos Financeiros

Sempre que à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.

7.2 Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



7.3 Existências

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio ponderado (a seis casas decimais, diferindo portanto, em arredondamentos com os valores na aplicação de contabilidade que executa a duas casas decimais).

7.4 Provisões

Regista-se neste rubrica o valor estimado de provisões para fazer face a situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Como definido no ponto 2.7.1 do POCAL foram constituídas provisões sendo calculadas da seguinte forma:

- a) 50% dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% dívidas em mora há mais de 12 meses.

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

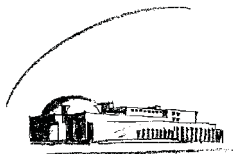
As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

As adições de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento ascenderam a 27.152,25€, que corresponde aos seguintes movimentos:

- Elaboração Do Relatório De Avaliação Ambiental Do Plano De Urbanização Definido Pela Rua Cândido Dos Reis, Rua Do Sobreiro, Rua De Trás E Rua Nova De S. Gens, Na Senhora Da Hora – 4.458,75€;
- 2ª Prestação, 2ª Fase Dos Trabalhos -Estudo Prévio - "Plano Urbanização Da Faixa Litoral De Pampelido - Memória - Cabo Do Mundo - Perafita" – 22.693,50€



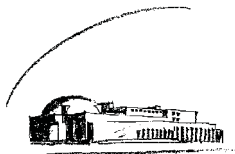
**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011, nas rubricas de immobilizado do grupo municipal, cingem-se aos seguintes mapas:

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS E ABATES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	3.558.674,53	583.396,10	0,00	11.580,00	4.130.490,63
EDIFÍCIOS	2.851.992,72	0,00	0,00	-44.161,05	2.896.153,77
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	221.659.252,42	271.799,15	0,00	-3.551.496,74	225.482.548,31
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.158.019,72	0,00	0,00	0,00	2.158.019,72
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.433.386,65	0,00	0,00	0,00	1.433.386,65
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	15.058.761,01	4.370.578,73	0,00	3.697.512,01	15.731.827,73
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00			- 17.657,45	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	1.413.944,36	27.152,25	0,00	0,00	1.441.096,61
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	64.183,69	74.901,00	0,00	-9.074,76	148.159,45
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	309.985,72	49.353,75	0,00	9.074,76	350.264,71
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	123.288.308,56	6.319.767,30	15.462,73	412.805,28	129.179.807,85
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	365.964.578,90	21.535.204,17	25.937,49	1.971.018,85	385.502.826,73
EQUIPAMENTO BÁSICO	11.023.017,55	445.196,23	8.321,50	-543.797,74	12.003.690,02
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.637.993,45	973,29	0,00	90.236,65	4.548.730,39
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.549.086,90	5.716,56	0,00	0,00	1.554.803,46
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.991.000,12	274.291,96	0,00	-4.649,25	7.269.941,33
TARAS E VASILHAME	569,24				569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.112.172,87	2.771.265,47	0,00	-17.770,77	9.901.209,11
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	53.044.989,38	22.551.140,83	0,00	3.438.419,77	72.157.710,44
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	70.373,64				70.373,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
PARTES CAPITAL	1.991.027,99	23.125,00	0,00	95.000,00	1.919.152,99
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO					
Total	824.181.319,42	59.303.861,79	49.721,72	5.537.039,56	877.898.420,23



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

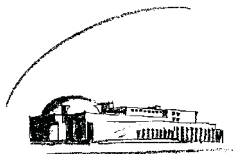
DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	71.232,20	36.216,94		107.449,14
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	125.938.447,10	15.540.691,10	28.060,30	141.507.198,50
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	75.931,83	25.354,90		101.286,73
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	272.352,60	33.493,01		305.845,61
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00	0,00	17.657,45	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	887.824,29	288.645,64	179,05	1.176.648,98
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	1.218,97	19.572,68	3.024,92	23.816,57
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	51.858.435,07	9.753.745,93	-1.374.973,39	60.237.207,61
EQUIPAMENTO BÁSICO	8.233.417,51	828.143,36	253.222,47	9.314.783,34
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.167.926,61	125.139,44	-90.194,11	4.202.911,94
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.533.847,82	8.703,49	0,00	1.542.551,31
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.286.207,50	441.688,14	14.489,94	6.742.385,58
TARAS E VASILHAME	515,79	17,81	0,00	533,60
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	3.305.109,51	737.726,86	15.561,98	4.058.398,35
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	203.232.466,80	27.839.139,30	-1.132.971,39	229.938.674,71

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

O Município tem garantias prestadas a fornecedores no valor de 300,00€, distribuído pelos fornecedores Manuel Mota, Freitas & Teixeira no valor de 60€, proveniente da aquisição de caloríferos catalíticos e EDP Gás relativamente ao Tanatório de Matosinhos no montante de 240€.

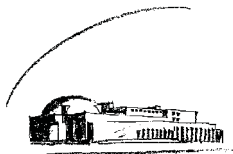
A Matosinhos Sport prestou garantia à Direcção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1, no âmbito de processo de execução fiscal, no montante de 1.881.556,16€.

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport Ms, EEM	Total Consolidado
Vendas	95.805,80€		19,50€	95.825,30€
Prestações de Serviços	4.124.990,27€	2.505.673,56	2.176.714,14€	8.807.377,97€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

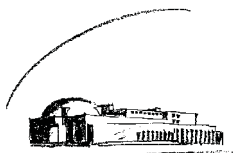
Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
Município de Matosinhos	158.637,10€	27.773,64€
Matosinhos Habit MH, EEM	46.262,77€	5.904,00€
Matosinhos Sport MS, EEM	44.325,66€	6.000,00€
Total	249.225,53€	39.677,64€

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

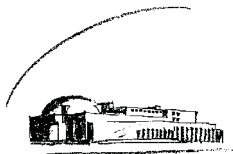
p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

As demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com o exercício anterior devido a alterações de procedimentos nas contas individuais do Município, nomeadamente:

- No balanço a informação referente às dívidas de acordos de regularização de dívida de fornecedores, no ano n+2 e seguintes, consideram-se, segundo grau de exigibilidade da dívida, encargos de médio e longo prazo.
- À conta 27.4.9 - Outros proveitos diferidos foi acrescida do montante de 33.002.000,05€ em contrapartida da conta 26 – Outros devedores e credores, referentes ao reconhecimento de um direito a receber em exercícios futuros, relativos às rendas de concessão da:
 - a) exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e rejeição de água residuais do Município de Matosinhos, celebrado com a INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A., no valor total de 3.519.723,95 €, por um período de 21 anos (termina em 28-02-2033);
 - b) distribuição de energia elétrica em baixa tensão celebrado com a EDP Distribuição – Energia, S.A., no valor global de 29.482.276,10 €, por um período de 10 anos (termina em 24-07-2021).

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2011	2010	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2011	2010
681	Juros suportados	1.715.584,11€	865.876,88€	781	Juros obtidos	302.565,38€	80.682,17€
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amort. de investim em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões p/ aplicações financeiras			784	Rendim. de particip. de capital	46.456,49€	86.844,10€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesour.			786	Descontos pronto pagam. obtidos		85,90€
688	Outros custos e perdas financeiros	7.949,58€	3.357,00€	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.		
	<i>Resultados financeiros</i>	<i>-973.828,19€</i>	<i>-373.683,19€</i>	788	Outros prov. e ganhos financeiros	400.683,63€	327.938,52€
TOTAL		749.705,50€	495.550,69€	TOTAL		749.705,50€	495.550,69€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

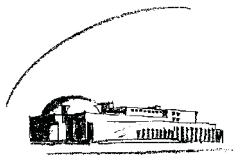
r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2011	2010	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2011	2010
691	Transf. Capital Concedidas	2.396.289,39€	2.339.183,25€	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis		15.625.568,44€	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	44.364,35€	83.173,61€	793	Ganhos em existências	62.753,39€	62.703,63€
694	Perdas em imobilizações	39.118,78€	558.935,51€	794	Ganhos em imobilizações	197.815,49€	2.414.507,70€
695	Multas e penalidades	373,50€	184.820,20€	795	Benefícios de penalid. contratuais	434.619,48€	313.070,50€
696	Aumentos de Amort. e provisões		186.890,12€	796	Redução de Amortiz. e provisões	1.018.715,25€	15.591.150,47€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	243.029,68€	43.618,19€	797	Correcções relativas ex. anteriores	707.645,77€	832.281,89€
698	Outros custos/perdas extraordinários	513.898,44€	184.977,43€	798	Outros prov./ ganhos extraordinár.	6.118.717,23€	5.933.912,49€
	<i>Result. Extraordinários</i>	<i>5.303.192,47€</i>	<i>5.940.459,93€</i>				
	TOTAL	8.540.266,61€	25.147.626,68€		TOTAL	8.540.266,61€	25.147.626,68€

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	21.213.530,96	0,00	1.299.899,93	19.313.631,03
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciações de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	600.000,00 ⁽¹⁾	0,00	0,00	600.000,00

⁽¹⁾ Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2011**

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

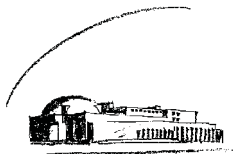
Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	TRACTOR AGRÍCOLA JONH DEERE 6620 CABINA 4 RM [91-CQ-67]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	327952	11-04-2007	33.564,00 €
	VIATURA SCANIA P270 CB 4X2 MNZ CP 114 [00-EF-65]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	332814	28-09-2007	56.535,62 €
MH - MATOSINHOS HABIT,EEM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	196501	02-05-2011	233.700,00 €
	Automóvel	BPI Leasing	2010004040	05-05-2010	41.600,00 €
MS - MATOSINHOS SPORT,EEM	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	192096	15-11-2010	150.465,59 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193559	15-11-2010	98.597,65 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193558	01-01-2011	136.784,93 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045202	10-01-2011	135.496,54 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193560	15-02-2011	149.785,20 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	194701	15-02-2011	125.969,10 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195941	15-02-2011	145.285,58 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195945	15-02-2011	155.290,92 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045203	01-03-2011	41.161,47 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195758	15-03-2011	140.743,27 €
	Aquisição Equipamento Básico	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195939	15-04-2011	6.011,39 €
	Obras em Imóveis Alheios	Banco Santander Totta,S.A.	193557	15-09-2011	178.382,83 €
	TOTAL				

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

Das entidades que pertencem ao Grupo Câmara Municipal de Matosinhos, apenas a entidade-mãe utiliza o POCAL, sendo que as restantes entidades prepararam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos n.º 15652/2009, n.º 15655/2009 e n.º 15653/2009, de 27 de Agosto, publicados em 7 de Setembro, estando de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias n.º 986/2009, de 7 de Setembro e n.º 1011/2009, de 9 de Setembro.



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2011

Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para POCAL.

A demonstração de fluxos de caixa foi preparada na base do POCAL, de acordo com o ponto 7.5, no entanto, este ano foi também elaborada uma demonstração de fluxos de caixa pelo método direto de acordo com o SNC, que consiste na divisão das atividades em operacionais, de financiamento e de investimento. As *atividades operacionais* englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores e ao pessoal, bem como de outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional. As *atividades de investimento* incluem os recebimentos e pagamentos decorrentes de compra e venda de ativos. As *atividades de financiamento* incluem os pagamentos e recebimentos de empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

A demonstração de fluxos de caixa do Município foi objeto de alteração de critério, seguindo as recomendações do Tribunal de Contas (ofício circular n.º 4393/10 de 16/03/2010), passando a operações de tesouraria a refletir cobranças para terceiros mais cauções de terceiros, fato este que influencia a demonstração consolidada, alterando os valores mencionados em n-1.

Certificação Legal das Contas

6

Consolidação
de
Contas
2011

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Matosinhos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de abril de 2012

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldès (ROC n.º1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Matosinhos, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 701.962.314 Euros e fundos próprios de 472.546.516 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.683.718 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2011, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector das Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, e conforme divulgado na alínea p) da nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, chamamos a atenção das seguintes situações:
 - a) As rubricas de “Outros devedores” e de “Proveitos diferidos” não são comparáveis com as do exercício anterior. O acréscimo verificado no corrente exercício deve-se ao reconhecimento nas contas do Município do direito a receber em exercícios futuros das rendas das concessões de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e rejeição de água residuais do Município de Matosinhos, celebrado com a INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A., e de distribuição de energia elétrica em baixa tensão celebrado com a EDP Distribuição – Energia, S.A.
 - b) No corrente exercício, as dívidas de acordos de regularização de dívida de fornecedores dos anos n+2 e seguintes foram consideradas no balanço consolidado do Município como dívida de médio e longo prazo.
10. Na elaboração do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, e tal como aconteceu no exercício anterior, o Município de Matosinhos acolheu a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados constante das instruções emanadas pelo SATAPOCAL.

Porto, 24 de abril de 2012